

O ESPAÇO ESCOLAR E O CAMPESINO: A ESCOLA COMO CENTRO DE FORMAÇÃO

Joelma Rejane dos Santos Nascimento de Miranda

Joelmarejane.cg@gmail.com

Marcos dos Santos Nascimento

Marcosantos22pc@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO: A pesquisa analisa como o homem e a mulher do campo prioriza a Educação e a importância de a escola situar-se na sua localidade, observando o estilo de vida, as condições financeiras e quais as atividades agrícolas praticadas na comunidade. Numa abordagem de campo, observando as atividades desenvolvidas pelas famílias, procurou-se constatar como essas práticas são desenvolvidas e qual a importância dada para que os filhos permaneçam estudando. Sabendo que os alunos/alunas dessas localidades sentem a necessidade de ajudarem seus pais nas práticas agrícolas, já que os mesmos não têm condições financeiras de pagarem trabalhadores. Observamos diante dessa pesquisa que todos os anos um município do localizado no Agreste Paraibano vem fechando escolas do campo e trazendo preocupação para quem mora no campo e vive do mesmo, já que precisam deixar seus filhos/filhas estudarem longe de casa e além do mais correm riscos em estradas de terra, em ônibus velhos e com a manutenção a desejar.

Palavras-chave: Educação, Escola do Campo, Evasão Escolar, Práticas Agrícolas.

1. INTRODUÇÃO

Diante da pesquisa foi possível observar que, sobretudo, em municípios do interior vem ocorrendo o fechamento de escolas localizadas na Zona Rural, contribuindo para a evasão escolar, visto que as comunidades ficam distante da área Urbana, causando a falta de estímulo para o deslocamento. Sabendo que a educação envolve toda a vida do ser humano, sendo constituída de forma social, envolvendo todos os tipos de sujeitos não importa qual fase da vida que estejamos, se somos crianças, jovens, adultos ou idosos, cada um tem suas peculiaridades e potencialidades para aprimorar a aprendizagem. Faz-se necessária toda discussão e tentativa de oferecer melhores condições para que ocorra esse aprendizado, para isso esse indivíduo precisa de um ensino de qualidade. De acordo com Brandão, (1985, p.7), o ensino público no Brasil tem percorrido uma trajetória histórica de contradições em relação às concepções e aos modelos educacionais que objetivam a eficácia do mesmo.

A educação do campo é tida como uma educação inferior ou quase não vista nas discussões das políticas públicas sobre a prática pedagógica e a formação dos docentes que atuam nesse tipo de escola, ficando sempre em segundo plano, até mesmo o acompanhamento das atividades por parte da Secretaria de Educação não ocorrem como as da escola Urbana, com material e acompanhamento, evidenciando que os alunos camponeses precisam de uma forma de estudo que valorize a sua cultura e sua forma de vida, respeitando seu espaço.

Os jovens começam auxiliar o pai/mãe ainda muito cedo, visto que por praticarem agricultura de subsistência, não tendo condições de pagar para que alguém os ajude, necessitam auxiliar seus pais no plantio e cuidados com a lavoura. A transferência desses alunos/alunas que são crianças e adolescentes para uma escola, distante muitos quilômetros da sua comunidade, atrapalha a família e até mesmo aos alunos devido o deslocamento diário, geralmente em ônibus sucateados através de estradas de terra batida e esburacadas.

A educação do campo é voltada para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, bem como para seus filhos e/ou filhas que vivem no campo, e identificam-se com essa realidade e com a falta de estrutura tanto física como psicológica. Para que esses sujeitos sejam amparados e respeitados precisam seguir com todas as especificidades da cultura, do modo de ser da vida camponesa, para que não venham ter perdas, sejam essas pessoas: camponeses, quilombolas, nações indígenas, diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. A sociedade civil organizada luta para que a educação, nessas comunidades, tenha dimensão no projeto de campo e desenvolvimento econômico, socialmente justo e ecologicamente sustentável. Portanto, a especificidade da Educação do Campo é justificada pelo fato desta, ultrapassar os espaços escolares, pois está presente na organização produtiva e lúdica dos povos do campo. Como nos afirma Brandão (1985, p.7).

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias: educação? Educações. [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.

Então, como vimos na citação anterior a educação acontece em todos os lugares e em todos os momentos, não importa o meio social que o indivíduo viva, de alguma maneira ele/ela está sendo educado (a), resta saber se essa educação está sendo boa ou ruim para esse

indivíduo. Como vimos existem vários modelos de educação, iniciada pela familiar, dando continuidade pelas entidades religiosas, escolares e outras.

De acordo com Nascimento (2009), a educação no Brasil, destinada ao meio rural existe desde o período da República Velha, porém, o simples fato de sua existência não dava legitimidade para a construção de políticas públicas voltadas, exclusivamente, para a população rural já que a educação era destinada as classes dominantes.

Para Silva (2004, p.1) “a escola brasileira, desde o seu início, até o século XX serviu e serve até, para atender as elites sendo inacessível para a grande parte da população rural”. A escola, nesse período, não existia nem para as crianças das periferias das cidades, muito menos para as crianças das áreas rurais. Infelizmente, percebemos que, mesmo na atualidade, a escola não está preparada para o aluno oriundo de famílias menos favorecidas economicamente, sendo tratadas com indiferença, mesmo as leis afirmando que todos têm os mesmos direitos e oportunidades, não ocorrendo na prática, visto que, até mesmo no desenvolvimento de atividades culturais os alunos são selecionados de acordo com o poder aquisitivo, ficando os demais com as atividades rejeitadas e sem interesse.

METODOLOGIA

Para a presente investigação utilizamos de uma pesquisa de campo do tipo etnográfica, com uma abordagem qualitativa. A etnografia na investigação científica de acordo com Mattos, (2011) é como um estudo que revela costumes, crenças e tradições de uma sociedade, podendo ser transmitidas de geração em geração, permitindo a continuidade de uma determinada cultura ou até de um sistema. Dessa maneira, a mesma procura inteirar-se de modo holístico e dialético, introduzindo os autores sociais ativos e participativos dentro do contexto explorado, revelando relações significativas e reflexivas. Para a realização dessa pesquisa entrevistamos cinco (5) agricultores no intuito de tentar entender qual a importância da escola do campo para eles. Sabendo que a pesquisa etnográfica possui bases antropológicas, baseia-se em observações e levantamento de dados, o pesquisador, com o seu senso questionador, adentra na realidade explorada e seus instrumentos são formulados para atender a realidade do trabalho de campo ofertado.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como os camponeses priorizam a Educação do Campo e qual a sua importância para tal, assim, vimos que, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, esperava-se que a educação fosse melhorar para a maioria da população, mas apesar da expressão educação para todos, não incluíram o homem/mulher do campo nesse paradigma da educação, então na tentativa de suprir a carência junto ao camponês o governo organizou algumas campanhas educativas (BRASIL, 2007), visto que prevalecia a atividade industrial, enaltecendo a população urbana.

Assim através das falas percebemos a grande importância da Educação para o homem/mulher do campo, nossa entrevista foi realizada com agricultores e moradores de uma comunidade rural localizada em um Município do Agreste Paraibano, e de acordo com nossas observações os governantes não tem um olhar especial para esse homem/mulher que acredita na força da educação, tudo que estava relacionado a ele eram menosprezados, sendo a imagem da vida urbana tida como progresso e a da zona rural como negativo, pois representava aquilo que era ultrapassado, algo que deveria ser superado, contribuindo, junto com as escolas, através da formação voltada à atividade industrial, para a migração para os grandes centros em busca de uma vida dita melhor.

Segundo GENTILI (1998), o capitalismo atravessa ao longo de sua história vários processos e rupturas sendo permanentes e cíclicos envolvendo esferas de práticas sociais. Ele é capaz de mover todas as circunstâncias de uma sociedade, modifica as coisas e as pessoas, exigindo disciplina, envolvimento e participação do empregado. Nessa perspectiva alguns movimentos sociais surgiram no campo para lutar contra essa lógica capitalista e empoderar as pessoas do campo para compreender que sua atividade é essencial para vida na cidade, pois é o que se produz no campo que alimenta as feiras livres e a mesa de todos. As Ligas Camponesas que iniciaram em Pernambuco, espalham-se por quase todos os estados do Brasil reunindo milhares de trabalhadores na luta pela reforma agrária (SILVA, 2014).

A Constituição de 1946 conferiu importância ao processo de descentralização do ensino, sem diminuir a responsabilidade da União pelo atendimento escolar. Vinculou recursos para as despesas com educação e assegurou a gratuidade do ensino primário. Entretanto, apesar de determinar o incremento do ensino na zona rural, transferiu à empresa privada, inclusive às agrícolas, a responsabilidade pelo custeio desse incremento (BRASIL, 2007). Para isso foram criadas a partir do final da década de 1950, agências de desenvolvimento regional tais como: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) e órgãos federais

de colonização e reforma agrária: Superintendência da Política da Reforma Agrária (Supra), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Das ações educativas desses órgãos podemos destacar o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra Rural (PIPMO), iniciado em 1963 e retomado em 1972. Em 1973, foi criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI) (BRASIL, 2007), com o objetivo de reunir em um só órgão, todas as unidades federais de ensino agrícola.

Com o Golpe Militar de 1964, as Ligas Camponesas são reprimidas, algumas lideranças são presas e exiladas, outras assassinadas no confronto com as forças federais, enfraquecendo a luta pela reforma agrária e contribuindo para o êxodo rural.

No período final do regime militar, as políticas públicas para a educação do campo continuaram a seguir a mesma lógica dos projetos integrados que somavam assistencialismo e preparação elementar de mão-de-obra agrícola. A elaboração pelo MEC do II Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, em 1980, resultou na criação de programas, tais como: o Programa Nacional de Ações Sócio educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de Extensão e Melhoria para o Meio Rural do Nordeste (Edurural-NE). Em 1998, foi instituído o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) junto ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), hoje Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Para ampliar e institucionalizar a participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas para o campo foi criado, no âmbito do MDA, em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para Agricultura Familiar (CONDRAF); e do MEC, em 2003, o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT). A criação da Coordenação-Geral de Educação do Campo, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, é também um marco organizacional que demonstra a vontade do Governo Federal de consolidar a Educação do Campo como política pública permanente (BRASIL, 2007).

Somente a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. O Artigo 208 ergueu os pilares jurídicos sobre os quais viria a ser edificada uma legislação educacional capaz de sustentar o cumprimento desse direito pelo Estado brasileiro. Mesmo a luta pela educação do campo e no campo vindo bem antes da constituição, foi a partir dela que se passou a valorizar esses indivíduos, já que infelizmente as coisas só acontecem de fato

na base da lei e, especificamente, com punição ou perda para quem praticar a desobediência (BRASIL, 1989).

[...] Se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe Veiga (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com esse critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2%, e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural (BRASIL, 2006, p. 07-08).

Assim, a negação da realidade das comunidades rurais é explícita e evidente, a estatística representa e mostra um número bem menor de pessoas que moram no campo. Como sabemos e pudemos observar no decorrer do trabalho é que, só depois de muitos anos e através de muitas lutas e de várias entidades que ela entrou em vigor na pauta de diferentes organizações e movimentos, que lutam por uma educação que atenda aos interesses dos agricultores. Assim lei a Lei 9394/96 considera a especificidade da escola rural é necessário adaptar o currículo a realidade do homem do campo. Então nos perguntamos será que essa especificidade inerente só ao homem do campo, será que de fato é respeitada? Será que alguém se preocupa em respeitar esses direitos? Será que o cidadão do campo está politicamente assegurado dos seus direitos e deveres? Assim de acordo (BRASIL, 1996, Art. 28), a educação do campo precisa se adequar as adaptações de acordo com a sua vida rural, mas será que de fato isso acontece, será que realmente as exigências são cumpridas, temos dúvidas com relação a isso.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

De acordo com a Lei 9394/96, os sistemas de ensino adaptarão seus currículos de acordo a necessidade de cada um, cabendo aos órgãos fiscalizadores observarem se as especificidades estão sendo respeitadas e os direitos efetivados. Para tanto, os conselhos de Educação de cada ente federado é composto por membros de vários setores da sociedade, entre eles, alunos, professores, diretores, pais e representantes das comunidades, sendo a

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

principal dificuldade a disponibilidade para participar desses colegiados, visto que não são remunerados e demanda tempo e dedicação para fiscalizar.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, representam um importante marco para a educação do campo, porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais (BRASIL, 2007). Então dentre elas o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2007). As Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo garantem a autonomia da construção do Projeto Político Pedagógico, com especificidades voltadas para os povos do campo, passando a ser destinados projetos de modernização do campo (BRASIL, 2007).

As diretrizes são relevantes e de grande estima para a educação, pois norteiam a organização das escolas do campo. Isso representa mais uma conquista como vem que foi através de muitas lutas que a educação passou a ser vista como um direito fundamental e de responsabilidade dos governantes de todos os países para com a sua população, esse foi o entendimento dos diferentes movimentos sociais, e de grupos sociais que lutavam e lutam até os nos dias pela causa, todos eram tidos como minoritários, como os camponeses, quilombolas, indígenas, entre outros.

RESULTADOS

Para a realização dessa pesquisa entrevistamos cinco (5) agricultores, denominados de A1, A2, A3, A4 e A5, para assim podermos entender qual seria a importância da educação do campo e no campo para eles.

O agricultor A1 estudou até o segundo ano do Ensino Fundamental, em uma escola localizada no mesmo sítio em que mora, filho de pais analfabetos, teve pouca oportunidade de frequentar a escola, afirmou que gostaria que os filhos pudessem estudar perto de casa, mas a escola fechou e desde então os filhos precisam se deslocar para a cidade, saindo antes das seis da manhã e voltando quase uma da tarde. Dos 5 filhos, 4 estudam e precisam fazer esse

percurso diariamente, enquanto o mais velho, com 16 anos, estudou até o nono ano e não quis continuar porque prefere ficar em casa ajudando o pai, plantando alimentos para subsistência e criando animais que são usados para, com a venda, comprar roupas para a família, ainda têm três vacas leiteiras, produzem queijo e vendem na feira que ocorre aos sábados. Podemos observar que apenas o filho mais novo está estudando na série adequada, os demais estão em distorção idade/série. A1 afirma que os filhos precisam estudar, mas para isso, seria melhor se as escolas fossem localizadas mais perto de casa para que seus filhos pudessem ajudar com as atividades campesinas, afinal, na época dele não existia bolsa família e sobreviviam porque todos ajudavam os pais.

Para A2, é muito triste ver a escola que leva o nome de sua irmã ser fechada, afinal, foi onde seus filhos estudaram, não se tornando doutores porque precisaram ajudar a família financeiramente. Ele entende que o município precisa rever a decisão de fechar a escola e respeitar o desejo da comunidade, no entanto, se não for possível reabrir, que o prédio seja utilizado para uma associação que venha beneficiar as pessoas daquele lugar.

A3, além de agricultora, trabalhou na escola por mais de 30 anos, sendo merendeira e auxiliar de serviços gerais. Ela tem 6 filhos e todos foram alunos da escola, sendo que como a escola funcionava até o quinto ano, apenas duas filhas seguiram seus estudos por mais dois anos na segunda fase do Ensino Fundamental, sem que nenhum deles pudessem chegar ao Ensino Médio. As dificuldades eram grandes, não podendo sustentar os filhos com o material e fardamento que era obrigatório para todos os alunos, não sendo obrigada seguir essas regras na escola rural. Ainda a respeito da escola rural, afirma que depois dos concursos públicos, os professores que foram trabalhar na escola não tratavam os alunos bem, que queriam apenas receber os salários e não ensinava adequadamente. É importante salientar que, devido à secas sucessivas e a violência, muitas famílias saíram da Zona Rural e foram viver na cidade, abandonando as casas onde viviam.

A agricultora 4 nunca estudou, no entanto, todos os filhos estudaram na escola da comunidade, não seguindo nos estudos porque tiveram de optar por trabalhar e para se deslocarem até a cidade, inviabilizaria as atividades no campo, mesmo porque não trabalhavam apenas nas terras dos pais, prestando serviço para os vizinhos que não tinham filhos para ajudar na produção. Para essa senhora, está cada dia mais difícil viver na Zona Rural, quando é novo e se pode trabalhar, a estiagem não deixa, quando envelhece e se aposenta, os bandidos não os deixam em paz, arrombam as casas e levam tudo que tem.

O agricultor 5, tem 25 anos e dois filhos, sempre morou na comunidade. O filho mais velho tem 8 anos e estuda em uma escola na Zona Urbana, afirma que o filho teve muita dificuldade de adaptação, necessitando que a mãe o acompanhasse porque a criança não queria ficar naquela escola. Para A5, seria tudo mais fácil se a escola da sua comunidade ainda funcionasse, não obrigando o seu filho ficar por tantas horas distante da família, causando preocupação de adoecer e não estarem por perto para ajudar.

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados na presente pesquisa sugerem que os camponeses apresentam como principal dificuldade o deslocamento dos filhos até escolas urbanas, trazendo preocupação e prejuízos financeiros, afinal, perdem muito tempo com a viagem. Identificamos também que o êxodo rural é causado por vários fatores como falta de interesse dos jovens continuar desenvolvendo as atividades dos pais, a estiagem que ocorre com frequência e a violência que está em ascensão nas últimas décadas. Além do mais, por não existir política de valorização do homem do campo, como formação adequada, os jovens que seguem seus estudos terminam por se formarem em áreas pouco usuais nas suas comunidades, os obrigando se deslocar para grandes centros em busca de dar sentido .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação vem passando por consideráveis mudanças ao longo dos anos, obrigando que as redes de ensino possam se adequar às necessidades e peculiaridades das comunidades, sejam elas, urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas ou mais especificamente, camponesas, cabendo aos órgãos pertinentes, fiscalizarem para que esses direitos sejam efetivados.

No tocante a Educação do Campo, podemos identificar que muitas escolas estão sendo fechadas, ocasionadas pela diminuição na demanda de alunos, causadas, sobretudo pelo êxodo rural e baixa taxa de natalidade. Ainda a respeito do êxodo, identificamos que os principais motivos são os longos períodos de estiagem que ocorrem com frequência e a violência que assola muitas comunidades camponesas.

As famílias sentem a necessidade de valorização da sua cultura e esperam que o prédio da escola fechada possa ser utilizado para desenvolver atividades/cursos que capacitem os

campeiros, podendo continuar nas suas localidades, sem a necessidade de abandonar seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Um Breve Histórico Sobre a Educação do Campo. In: Brasil Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade -SECAD. **Educação do Campo: marcos normativo**. Brasília: SECAD, 2007.

GENTILI, Pablo. Adeus á escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (pp. 228-252).

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas “Publicas” e Educação do Campo : em busca da Cidadania Possível?** Travessias, v.07. INSS 1982 –5935.178 -198, 2009.

SILVA, M.S. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. 2004. Disponível em:
[HTTP://www.contag.org.br/imagens/f299Educação_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educação_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf). Acesso em 20.05.2019.